

Revista do **SESCON RS**

Publicação do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul



Ano VIII
nº 53/02
Setembro de 2010

Disputa pelo Governo

Confira propostas dos principais candidatos ao comando do Estado

SE VOCÊ ESCOLHE QUEM ENTRA NA SUA EMPRESA PELO CURRÍCULO, VEJA O NOSSO.

SE VOCÊ PROCURA UM DOS MELHORES PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA A SUA EMPRESA, DECIDA PELO PROJETO PESCAR. ATRAVÉS DAS SUAS UNIDADES, ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO ECONÔMICA DESFAVORÁVEL TÊM A OPORTUNIDADE DE APRENDER UMA PROFISSÃO E GARANTIR UM FUTURO COM GRANDES POSSIBILIDADES. OS ADOLESCENTES GANHAM E A SUA EMPRESA GANHA TAMBÉM COM O DESENVOLVIMENTO DE TODA A SOCIEDADE.



- 34 anos de atuação • Certificadora do Programa Jovem Aprendiz • Mais de 2.000 jovens atendidos anualmente
- Baixo investimento de implantação • 70% dos adolescentes têm emprego garantido ao se formar
- 120 franqueadas • Atuação em 10 Estados e Distrito Federal, além da Argentina e do Paraguai

aconteceu	4
geral	5
economia	6
informe técnico	8
especial	10
notícias	17
gestão	20
entrevista	22
artigo	24
crônica	26

Apesar de serem extremamente importantes por revelarem o futuro do país, as eleições não animam mais grande parte da população, que encara o assunto como uma 'grande chatice'. A relação promessas-realizações tem muito a ver com a descrença. Além disso, o mau comportamento de alguns políticos, que fazem mau uso do dinheiro público ou dele se beneficiam indevidamente, também contribui para a falta de interesse no evento. No entanto, é somente levando este assunto a sério, buscando informações e cobrando resultados que se pode mudar o quadro: pessoas comprometidas com seus eleitores certamente reverterão em benefício à população os impostos e tributos arrecadados.

Foi para auxiliar neste conhecimento que trouxemos as propostas dos principais candidatos ao Executivo gaúcho. O futuro de todos e o que repercutirá na vida de cada um passa pela escolha do dirigente do país, do Estado e dos representantes no legislativo estadual e no Congresso. Que tenhamos uma boa eleição. Essa e outras relevantes matérias de interesse das empresas de serviços estamos destacando nesta edição.



Jaime Gründler Sobrinho,
presidente

Aproveitem a leitura!

**16/06 e
17/06**

O curso de "Auditoria Trabalhista" foi ministrado pelo advogado com especialização em Direito de Trabalho e Previdenciário Ivo José Paludo.

23/06

Oferecer conceitos e as atualizações da Nota Fiscal Eletrônica, para correta emissão e eficaz conferência de notas fiscais, foi o objetivo do curso "Nota Fiscal Eletrônica – Aspectos Fiscais", ministrado pelo contador Ademir Vanzella.

19/06

O contador Ademir Vanzella ministrou o curso "ICMS – Substituição Tributária" que teve como objetivo capacitar e atualizar os participantes para a atuação na área fiscal/contábil das empresas.

05/07

Como encantar os clientes, como utilizar redações de clientes a seu favor e comunicação verbal e não verbal foram temas da palestra mensal "Qualidade e Atendimento de Excelência", proferida pelo administrador de empresas Jorge Geisler.

12/07

O Presidente do Ibracon, Sérgio Fioravanti, proferiu palestra sobre "Processo de Convergência e Harmonização da Contabilidade Brasileira com o Padrão Internacional – IFRS".

19/07 e

O contador Ademir Vanzella ministrou o curso "Intensivo de ICMS".

20/07

Preparar o participante para o correto preenchimento das obrigações acessórias exigidas pela Receita Federal foi o objetivo do curso "DIPJ, Dacon, DCTF, DComp – Cruzamento das Informações", ministrado pelo contador João Roberto Domingues.

02/08

"A Comunicação no ambiente organizacional: por que falar e escrever bem?" foi a palestra mensal de agosto, que contou com a presença das doutoras em Linguística Denise Hogetop e Marilvane Vacari.

10/08

Atendendo a diversas solicitações o Sescon/RS realizou a segunda turma do curso "DIPJ, Dacon, DCTF, DComp – Cruzamento das Informações", ministrado pelo contador João Roberto Domingues.

11/08

Esclarecer os questionamentos mais frequentes dos profissionais da área referente às normas sobre a Retenção de 11% para a Previdência foi o objetivo do curso "Retenção de 11% para a Previdência Social – pessoa jurídica – atualizada pela IN 971/2009", ministrado pela advogada trabalhista Cleonice Bitencourt.

13/08

Nesta data foi realizada a palestra sobre "Programa de Ajuste da Dívida do ICMS no RS – Ajustar/RS e Regulamento do ITDC", ministrada pelos agentes fiscais do Estado, Gilberto Santini Procati, Édison Moure Ethur e Jorge Ritter de Abreu.

18/08

O advogado com especialização em Direito do Trabalho e Previdenciário, Ivo Jose Paludo, proferiu palestra sobre "Segurança e Saúde do Trabalho – Normas Regulamentadoras - NRS e Nexo Técnico Epidemiológico – Impactos e Efeitos junto às Empresas".

24/08

Oferecer instruções práticas e atualizadas para a correta escrituração fiscal e eficaz conferência dos livros e operações fiscais foi o tema do curso "Prática e Escrita Fiscal", ministrado pelo contador Ademir Vanzella.

SECON RS

Sindicato dos Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul

Rua Augusto Severo, 168
Fone: (51) 3343-2090 Fax: (51) 3343-2805
CEP: 90240-480 - Porto Alegre - RS
www.seson-rs.com.br seconrs.sindcon.org.br

DIRETORIA

TITULARES

Presidente: Jaime Gründler Sobrinho
Vice-Presidente: José Inácio Lenz
Dirutor Administrativo: Renato José Kerhoff
Vice-Dirutor Administrativo: Maurício Gratti
Dirutor Financeiro: Diogo Ferri Chiarman
Vice-Dirutor Financeiro: Tatiana Astrupello Freitas
Dirutor de Relações do Trabalho: José Roberto Santos Pires
Dirutor de Assuntos Legislativos: José Toledo Jacoby
Dirutor Regional: Leônio Pacheco
Dirutor Regional: Laiz Carlos Duarte de Oliveira
Dirutor Regional: Sérgio Gilberto Diamentim
Dirutor Regional: Valdir Ferreira Rodrigues

SUPLENTES

Borislânia Marreco
 Celso Luiz Leonardi
 Celso Lotti
 Dévio Becker
 Eduardo Singilsky
 Flávio Dondini Jr.
 Flávio Duarte Ribeiro Junior
 Irineu Fáhirne Lodi
 Jaqueeline Pereira Pavao
 Jorge Luiz Bersch
 Maria Olívia Cuklas
 Maria Fronchitti

CONSELHO FISCAL

TITULARES: Rogério Costa Beckenbach
 Onirine Schmidke
 Joaquim Vaz Godinho
SUPLENTES: Elio Lotti
 Lourdes Scattolonini
 Jorge Luiz Pereira

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO

TITULARES: Luis Carlos Bohn
 Jaime Gründler Sobrinho
SUPLENTES: José Carlos Kibbe
 Antônio Cipriano Alves

CONSELHO EDITORIAL

Flávio Olívio Filho
 Jaime Gründler Sobrinho
 José Roberto Santos Pires
 Antônio Carlos Nasi
 Juarez Corrêa

Francke

EDIÇÃO

Francke | Comunicação Integrada
 Av. Carlos Gomes, 460 - q. 07 - Bela Vista
 Fone/Fax: 51 3388.2674
www.francke.com.br

Editor Responsável: Maria Francke (Reg. Prof. 8511/RB)

Redação: Tânia Schenck (Reg. Prof. 6240/25/91/RB)

Diagrama de Arte: Alex Mello

Revisão: Flávio Dotti Cesa

Impressão: Cintagraf

Experiência e qualificação

Atividade de perito envolve diversas profissões de nível superior

A atividade de perito é bastante requisitada na atualidade. É realizada por pessoas físicas entendidas e experimentadas em determinados assuntos e designadas pela Justiça ou pelas partes, com a incumbência de ver e referir fatos de natureza permanente, cujo esclarecimento é de interesse em alguma situação. Tem a função investigativa de buscar junto às partes as informações e esclarecimentos solicitados pelo Juiz para o melhor julgamento da matéria em discussão. De acordo com o presidente da Apejust (Associação dos Peritos da Justiça do Trabalho do RS), o engenheiro civil e engenheiro de segurança do trabalho Evandro Krebs Gonçalves, a maior dificuldade enfrentada hoje pela categoria "talvez esteja no desafio de saber conviver com o contraditório e os interesses das partes, sem prejuízo do parecer técnico-conclusivo". Para isso, ele considera fundamental a relação de confiança entre o perito e o juiz, "além da imprescindível isenção, postura ética e conhecimento técnico da profissional". A convocação para o papel de Perito é uma forma de reconhecimento de competências, decorrente em grande medida da autoridade científica da própria pessoa.

A perícia é abrangida por diversas profissões, como bacharel em ciências contábeis, administrador de empresas, economista, engenheiro e médico. No caso da perícia trabalhista, os médicos e engenheiros deverão ter curso de especialização em Medicina e/ou Segurança do Trabalho.

No âmbito da Justiça do Trabalho, explica o presidente da Apejust, existe a perícia contábil; atuarial; médica, de nexo-causal de doença profissional; de engenharia, envolvendo questões de insalubridade, periculosidade, acidente do trabalho e ergonomia. "Na área cível, também temos as perícias de engenharia econômica e de obras/serviços de engenharia e arquitetura."

Estar permanentemente atualizado e suficientemente

preparado para desenvolver a atividade pericial com o elevado conhecimento e responsabilidade que a perícia atual requer é um dos maiores desafios da profissão. A característica da época atual é ser marcada por profundas mudanças, avanços tecnológicos e conceituais na vida profissional. Isso, reportado ao mundo da perícia, em particular, representa uma reavaliação de normas técnicas e, segundo Gonçalves, uma oportunidade de atualização e adequações dos referenciais técnicos às realidades e demandas cotidianas.

A ética é de extrema importância em todas as profissões, mas na perícia ela adquire um sentido maior. "Estamos tratando, muitas vezes, de toda uma vida profissional das partes envolvidas num determinado processo. Por isso, temos que desenvolver nossa função com responsabilidade, competência, talento, mas acima de

tudo com ética profissional. E como em qualquer segmento profissional, na perícia, ter ética é imprescindível."

O mercado de trabalho está aberto a todos os profissionais das áreas de contabilidade, engenharia e medicina. Fundamental, neste sentido, destaca Gonçalves, é que aqueles que desejam atuar na atividade pericial procurem integrar-se às entidades associativas dos Peritos. "A Apejust, por exemplo, desenvolve importante papel de representatividade institucional e de valorização profissional. Ser associado da Apejust é o melhor cartão de visitas na busca por oportunidades." As exigências para ser perito são ser profissional de nível superior, com graduação em alguma das profissões elencadas anteriormente. "Recomenda-se que, antes de iniciar a atuação como perito, o profissional procure sua entidade de classe ou universidades e que realize algum curso de extensão ou especialização na área de perícias. É a melhor maneira de buscar o mínimo de experiência e qualificação", aconselha o especialista.

Mundo

Com a globalização, países passaram a ter mão dupla nas atividades econômicas

No mundo globalizado, as fronteiras dos negócios ficaram ainda menores. Capitais estrangeiros (organizações transnacionais formadas por recursos de empresas de países diferentes) compram empresas de várias partes do mundo; por sua vez, grupos nacionais expandem seus negócios no exterior. O que muitos citam como desnacionalização da economia – o que movimentaria a economia, mas não desenvolveria o país – pode ser característica do mundo atual muito acima de qualquer ideologia.

Na balança que analisa o ônus e o bônus da situação, muitos acreditam que o segundo é mais vantajoso. "Se é verdade que temos saída de capital com o pagamento de rendimentos das empresas, por outro lado, ganhamos emprego e transferência de tecnologia e novas formas de gestão. É um processo de troca", argumenta a economista da FEE (Fundação de Economia e Estatística do RS), Cecília Hoff.

Multinacionais, também conhecidos como transnacionais, são empresas que possuem matriz num país e possuem atuação em diversos outros. Geralmente são grandes empresas que instalam filiais em outros lugares fora de sua base de origem em busca de mercado consumidor, energia, matéria-prima e mão de obra baratas.

Ela lembra ainda que companhias brasileiras como a Petrobras, Banco do Brasil e outras também expandem suas

atividades em terras diferentes e que este movimento é mundial, o que ocorre no Brasil também se repete em diversos países. "As pessoas que trabalham aqui consomem e movimentam a economia do país, sim." O também economista e professor da PUCRS Adalmir Marquetti afirma que este fenômeno já foi mais forte, culminando nos anos 90, no período de abertura da economia do país. "Hoje o fenômeno é ao contrário, vê-se empresas brasileiras tornando-se multinacionais, fazendo associações internacionais." Ele cita ainda casos como da Embraer (aviação), Vale do Rio Doce (minério) e AmBev (bebidas).

O professor destaca que não existe a classificação do processo de bom ou ruim, pois depende da situação, inserida no movimento da globalização. "A ideia aqui é fazer com que as empresas sejam capazes de competir internacionalmente." Para ele não houve mudanças internas significativas na economia do país devido ao evento. Por outro lado, o atual governo tem estimulado através do BNDES que companhias brasileiras se ampliem no exterior. "Isso ajuda a aumentar o PIB interno. Aqui podemos ter uma certa ideia de nacionalismo do capital estrangeiro."

O ingresso de empresas estrangeiras no Brasil permitiu ao país aumentar sua poupança externa. E mesmo no auge da crise mundial, em 2008/2009, quando foi preciso deslocar capital para cobrir prejuízos em outros pontos do mundo, o Brasil

afora



não sentiu esta movimentação. "Sofremos, inclusive, um problema de excesso de entrada de capital, o que está valorizando muito o real. Por causa disso, hoje, o Brasil está numa situação favorável de reservas internacionais", diz Cecília.

Estas empresas costumam produzir manufaturados para comercializar nos países em que atuam ou até mesmo para enviá-los para serem vendidos no país de origem ou demais países. É uma forma de ter acesso aos mercados locais, mesmo sendo de dimensão global. Dentro do contexto atual da globalização, é muito comum as companhias fabricarem cada parte de um produto em países diferentes, com o objetivo de reduzir custos de produção. No Brasil, a entrada deste tipo de empresa começou a ganhar importância durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando se instalaram fábricas no Brasil como as montadoras de automóveis Ford, Volkswagen, Willys, GM, entre outras.

Marquetti aponta, no entanto, uma situação em que este movimento pode ser negativo, como quando nos anos 90 o segmento de produção de autopeças brasileiro quase desapareceu, pois os maiores estabelecimentos foram vendidos e fechados. "Neste caso pode ser um fenômeno perverso, mas não é habitual." Para ele, o mais preocupante são os capitais de curto prazo que se movimentam através da bolsa de valores, estes sim os grandes devoradores das economias nacionais.

"Se é verdade que temos saída de capital com o pagamento de rendimentos das empresas, por outro lado, ganhamos emprego e transferência de tecnologia e novas formas de gestão. É um processo de troca"

Ênfase na atividade

Normas Internacionais de Contabilidade precisam da atuação dos auditores

O Conselho Federal de Contabilidade colocou em audiência pública as normas editadas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC) no ano passado, 2009, intituladas NBC-TA (Normas Técnicas de Auditoria), específicas para as diversas etapas do que se comprehende como Auditoria. Essa série de dispositivos tem um total de 420 folhas, distribuídas pelas diversas fases dos trabalhos auditoriais em toda a sua amplitude, e o seu campo de abrangência tem maior foco nas Companhias Abertas, de grande e médio portes, e também, instituições financeiras, seguradoras, empresas transnacionais e grandes estatais.

De acordo com o contador Fernando Carneiro da Matta (ex-presidente do Sindicato dos Contabilistas de BH, ex-vice do CRCMG, ex-presidente nacional do Ibracon e ex-representante do Brasil na OMC - Grupo de Profissões Regulamentadas - Contabilidade, ex-Coodenador do Gimcea (Mercosul) do CFC), as diretrizes internacionais diferem das brasileiras. "Se temos a Contabilidade como uma ciência social aplicada, e, dada a sua qualificação de ser 'a linguagem dos negócios', pode-se situá-la como reflexo do desenvolvimento das economias dos países. Por isso, em países desenvolvidos, suas diretrizes terão estilo diverso das adotadas nas nações emergentes ou em desenvolvimento, onde a Contabilidade não é, a rigor, autônoma, subordinando-se, em maior ou menor escala, ao poder tributário."

No caso brasileiro (onde o curso técnico em Contabilidade só será extinto a partir de 2015), 51% da população contabilista [de 416 mil nesse parâmetro de curso médio] não cursou nem os currículos das faculdades de Ciências Contábeis até 2009 tinham a cadeira de Contabilidade International. "De outra parte, a evolução do ensino da Contabilidade, em países emergentes e em desenvolvimento, é daudicante e a profissão de Contador não é muito valorizada, como nos de

Primeiro Mundo." Esse desnívelamento tem que ser avaliado na busca da harmonia das normas internacionais com as brasileiras, e não apenas padronização como estaria sendo feito, pelos 43 pronunciamentos do CPC, traduzindo 2.300 folhas de IFRS, em marcha acelerada, no decorrer de 2009 para entrar em vigor em 2010, em caráter geral.

As novas normas apresentam diferenças em vários aspectos: tratamento dos gastos com pesquisa e desenvolvimento, eliminação da ativação das despesas pré-operacionais, o surgimento do ativo intangível, a extinção da reavaliação dos ativos (apesar de existir a salvaguarda do "demeed cost"), a contabilização do leasing financeiro, restrições ao intangível gerado internamente, atualização dos estoques, imposto diferido, encargos com planos de previdência de aposentadoria para os empregados (fundos de pensão), instrumentos financeiros (com multiformes facetas), conversão em moeda estrangeira de transações e demonstrações financeiras, contatos de construção de longo prazo. Essas, em linhas gerais, as principais, como se poderá ver dos IFRS traduzidos pelo CPC.

A composição de uma auditoria nas novas normas está confida na NBC PA 01, que estabelece o Controle de Qualidade, prescrevendo responsabilidade da liderança pela qualidade na firma, exigências éticas relevantes, recursos humanos, revisões dos trabalhos de campo por dois sócios e/ou gerentes, monitoramento sobre o cumprimento dos exames e análise das trilhas adotadas e as conclusões sobre os exames e testes procedidos, contendo análise técnico-critica sobre realidade dos saldos/valores, aderência às normas de Controle Interno e às normas contábeis pertinentes. A complexidade desta tarefa é da maior relevância e requer atenção inflexível.

Os profissionais da contabilidade devem se qualificar a

respeito das novas normas de auditoria. Motta diz que compete a todos os Contadores um esforço peritíaco para assimilar essas novas diretrizes, através dos Pronunciamentos do CPC, do CFC e do IBRACON. "Como o Brasil é um país de dimensões continentais, deverão os citados órgãos estabelecer um Plano ou Programa de Educação Continuada a Distância, para difusão nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, em módulos, com a utilização dos CRCs, Seções Regionais do IBRACON e Sindicatos de Contabilistas estaduais para essa difusão."

Ele destaca também que o impacto das novas normas de trabalho ocorre de forma diferente. Para as grandes firmas de Auditoria existentes no Brasil, que são as conhecidas como "big four", e mais uma três ou quatro, de porte médio, pela sua estrutura internacional, cabe-lhes a observância da total aplicação das IFRS e ISAS, como, de resto, já o fazem, sabendo-se que essas maiores empresas de auditoria ficam com 99% da receita do segmento de Cias. Abertas, grandes multinacionais e mercado financeira/segurador. Para as médias e pequenas empresas de Auditoria não se pode requerer a observância da totalidade das normas ISAS, fixadas pela IFAC para as grandes empresas, que, aliás, já estabeleceu normas para PMEs de Auditoria, que, todavia, ainda não estão traduzidas. A IFAC, aliás, fixou normas também para Microempresas, que, possivelmente, também serão traduzidas.

Além disso, o Fipecafi, de São Paulo, já iniciou, através de convênio com o Ibracon, um Programa de Educação a Distância sobre Normas de Auditoria. "De qualquer modo, o que precisa ser feito é a necessária capacitação desses dois segmentos dos trabalhos de auditoria, não ignorando, jamais, que não se podem igualar desiguais, sob o pretexto de que Auditoria é uma coisa única." O retardamento em estabelecer um diferencial entre o alcance da auditoria para Pequenas e Médias Empresas é

um impacto perverso, e o CFC deve atentar para a sua responsabilidade como entidade máxima da profissão de contador.

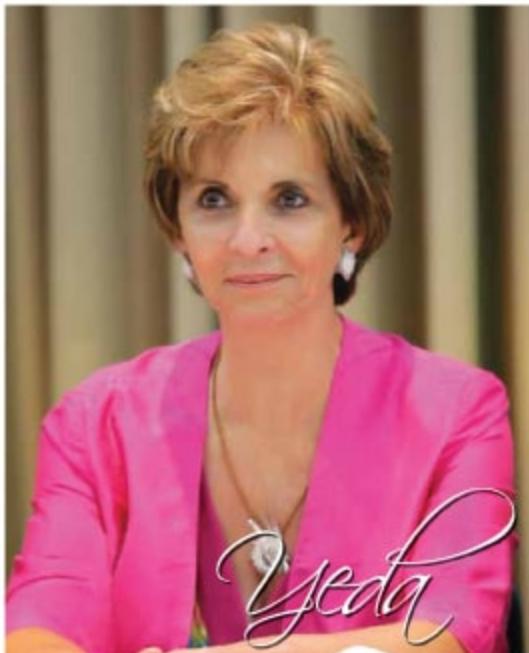
As sociedades por ações não representam nem 1% das empresas brasileiras, e o domínio de 47,6% para as Sociedades Limitadas aponta horizontes para as PME como foco das também PME de auditoria, de vez que seus portes médios e pequenos não as tornam capazes de se lançar no mercado de capitais, onde, segundo a Bovespa, somente 675 são Cias. Abertas. Para Motta, as recentes Normas de Contabilidade para as Pequenas e Médias Empresas, colocadas em audiência pelo CFC em outubro de 2009 e aprovadas em novembro seguinte, com vigência a partir de 1/1/2010, são um açoitamento que não pode prosperar e vão criar uma fantasia contábil para o nosso país. Os EUA, lembra ele, só adotarão as normas da IFRS a partir de 2014, e, na União Europeia apenas o Balanço Consolidado foi aprovado em 2005, estando os demais sem implantação definitiva.

Assim, no Brasil, a IFRS terá duas situações: Mercado de Capitais (Cias. Abertas) Instituições Financeiras, Seguradoras e, de modo ainda incipiente, para Sociedades de grande porte. A adoção das Normas Internacionais estão sendo implantadas, cabendo esclarecer que o Banco Central e a Susep estipularam a data de vigência para 31.12.2010; demais empresas, fora dessa classificação, essa assimilação pode ser duvidosa, pelo atropelo com que se quer que sejam adotadas. Cabe ao CFC reexaminar os prazos preestabelecidos e fazer uma autocritica quanto à realidade técnico-profissional da população contabilística – 416.405 em 31.12.2009 –, sua formação acadêmica até 2009, a amplitude das 2.3 mil páginas da IFRS, os 500 das ISAS e a dimensão continental do Brasil, e, principalmente, a qualidade e tipologia das empresas existentes, onde, como se vê, as Sociedades por Ações não chegam a 1% do seu volume.

"Os profissionais da contabilidade devem se qualificar a respeito das novas normas de auditoria."

Um deles vai governar o Estado

Conhecer as propostas dos candidatos ao governo do Rio Grande do Sul é um assunto importante, pois diz respeito à sociedade e à vida de cada um. Por esta razão o Sescon/RS acredita que seja imprescindível ficar informado dos planos a serem implementados por quem vier a vencer as eleições, apresentando em linhas gerais as intenções dos principais concorrentes ao cargo.



Em sua opinião, quais são os principais problemas e dificuldades enfrentados pelo Estado? Que bandeiras pretende assumir nesta campanha?

Yeda - Agora que resolvemos o maior problema do estado, que era a dívida pública, a dívida financeira imensa, podemos nos propor a dar um salto e zerar a dívida social: a falta de segurança, saúde, educação, investimentos, na qualidade que as pessoas desejam. Paramos de pedir favores ou dinheiro emprestado, pagamos todas as contas como 13º e precatórios, investimos em todos os setores, mais que os governos anteriores sem dúvida, agora é hora de avançar. Para que isso aconteça temos que dar continuidade ao processo que iniciamos, de dar transparência ao uso do dinheiro público, mantendo as contas do estado equilibradas – pela primeira vez em quase 40 anos. Mostramos saber fazer isso, e mostramos os seus resultados: melhores serviços públicos para todos, estradas, o Rio Grande voltando a investir e a ser respeitado, e aumentado como nenhum outro estado os empregos com carteira assinada. Essa bandeira é nossa. A nos-

sa bandeira é dobrar os investimentos, sobretudo em setores estratégicos, como saúde, educação, segurança, habitação, saneamento e infraestrutura.

Se eleita, quais são as suas propostas para o governo? Que iniciativas irá adotar para a melhoria do Rio Grande do Sul – sabendo que existem dificuldades, como a escassez de recursos?

Yeda - Pagamos os salários dos servidores rigorosamente em dia e inclusive antecipamos o 13º salário, além de sermos o único governo que concedeu aumento real para todas as categorias. Isso garante, junto com os investimentos em todas as áreas, e os incentivos para investimentos privados, um contínuo crescimento do orçamento do estado. Bem gerenciados, com gestão, esses recursos continuarão a produzir cada vez mais e melhores resultados. Tem sido assim com hospitais, escolas, segurança, estradas, meio ambiente. No nosso Plano de Governo mostramos todos os avanços que queremos imprimir em todas as áreas. O importante foi mostrar que era possível pagar as contas todas em dia e investir cada vez mais. Mas isso foi só o começo: devolver a confiança que o Rio Grande tem um futuro muito melhor. O terreno está sedimentado e alicerçado, agora temos que construir. O Rio Grande está no caminho e deve ter como objetivo voltar a ter a melhor qualidade de vida do país.

Já ampliamos os recursos para a saúde aumentando o número de equipes de saúde da família e os visitadores do PIM, repassamos R\$ 310 milhões para reforçar a regionalização da saúde desafogando a região metropolitana. Na educação realizamos mais de 2.100 obras em escolas, destinamos 1.252 laboratórios digitais e até o final do ano toda escola da rede estadual terá laboratório digital com internet. Na segurança contratamos mais de 10 mil novos servidores, renovamos a frota de veículos com mais de 2.000 novas viaturas e estamos investindo em inteligência através de sistemas digitais de última geração. Isto é só o começo, vamos fazer em nossa próxima gestão a educação integral, vamos levar o acesso asfáltico a todas as cidades gaúchas. À região metropolitana traremos a mobilidade de volta através

do rodovial, para a segurança eliminaremos o déficit das vagas prisionais implantando um modelo que efetivamente reabilita o apenado.

Há quase um consenso de que no país é exigida uma carga tributária muito elevada – o que muitas vezes acaba inibindo os setores produtivos. Entretanto, a arrecadação de impostos é uma das principais fontes de receita para o Estado.

Yeda - Desde o inicio de nosso governo atuamos no sentido de manter o equilíbrio das contas públicas e de fato conseguimos. Com muito trabalho e método, aumentamos nossas receitas diminuindo tributos, pois, ao longo de nossa gestão, foram mais de 60 ações de incentivo aos setores produtivos. Logo, a resposta para essa questão é a boa gestão de um governo que privilegia a eficiência, a eficácia e a efetividade na prestação de serviços públicos para os gaúchos e gaúchas. Queremos mais arrecadação, mas não à custa de mais impostos, e sim, ao lado da continuidade das medidas de gestão, tendo como fonte o crescimento da economia gaúcha e, portanto, a expansão da sua capacidade de produzir, acumular riqueza e gerar renda e empregos para a nossa gente.

O que fazer para acontecer a Reforma Tributária?

Yeda - Acreditamos que o atual modelo de tributação no Brasil não atende nem aos interesses dos municípios muito menos aos do Estado. Um exemplo clássico é a Lei Kandir. Pelo fato do RS ser exportador líquido, deixa de arrecadar um valor expressivo de ICMS em razão da política de incentivo à exportação. Neste sentido, a compensação aos Estados, decorrente da Lei Kandir, recompõe somente parte mínima das perdas. Salienta-se que em 2007, 2008 e 2009 foram resarcidos ao Estado, respectivamente, R\$ 268,7 milhões, R\$ 320,5 milhões e R\$ 280,7 milhões. Contudo, as perdas nesses três anos, em média, foram de R\$1,5 bilhão anual. Desse total, 25% pertenceriam aos municípios.

Em 2009, por conta da crise mundial o governo federal

passou a adotar uma política de redução de impostos que em última instância reduz os repasses da União para Estados e Municípios. Nota-se também que as transferências constitucionais da União para o Estado têm perdido fôlego, e temos receio que este modelo se perpetue. Em 2000 as transferências da União representavam 1,09% do PIB do RS, enquanto que, em 2009, diminuíram para 0,83% do PIB. A diferença de 0,26 pontos percentuais do PIB gaúcho, somente em 2009, representou uma perda estimada de receitas na ordem de R\$ 528 milhões (R\$ 202,955 bilhões de PIB de 2009 x 0,26%).

Outra injustiça fiscal também fica por conta do governo federal, na medida em que tem arrecadado mais e repassado menos para os Estados e Municípios, enquanto a União aumentou 10,1% a sua receita, a transferência para os Estados e Municípios aumentou em apenas, 1,9%, ou seja, menos de 20% do que deveriam receber. Além disso, o Governo Federal tem arrecadado mais e investido menos, entre 1991 e 1994 aplicou-se em investimento 1,2% do PIB brasileiro, entre 2003-2006 os investimentos caíram para 0,6% e no biênio 2007-2008 o percentual liquidado foi de 0,37.

Acreditamos que é imperativa a reforma tributária, entretanto para que ela realmente ocorra, Estado, Municípios, entidades civis organizadas e todos os segmentos da economia deve se unir a favor desta causa.

Como a candidata vê o setor de serviço no Estado? Quais os projetos para este segmento?

Yeda – Em qualquer lugar do mundo desenvolvido a importância do setor serviço é fundamental para o crescimento e desenvolvimento da economia. Este é setor que mais cresce nas economias emergentes e não vai ser diferente num Estado no qual estamos propondo a melhor qualidade de vida do país. O Rio Grande já é referência em serviços nossos especialistas na área da saúde, por exemplo, são referências mundiais. No turismo nós privilegiamos pela posição geográfica, estamos próximos das principais cidades do Mercosul.

Entretanto, para que o setor serviço se desenvolva na plenitude o Estado tem que cumprir com sua parte. Infraestrutura através de rodovias, aeroportos, segurança e educa-

"Desde o inicio de nosso governo atuamos no sentido de manter o equilíbrio das contas públicas e de fato conseguimos."

ção são fundamentais. A Grande Porto Alegre, por exemplo, já vive um apagão rodoviário, e nós, através do rodoanel, vamos devolver para a capital a mobilidade urbana de volta. Na saúde vamos, através de PPP, construir um hospital geral metropolitano na zona sul e estamos estudando a construção de um grande centro de convenções também via PPP, que é uma demanda antiga do setor.

Também destacamos rodovias que receberão pavimentação ou pista duplicada no projeto "Duplica Copacabana"; a ampliação de leitos em hospitais privados e públicos; o investimento em tecnologia, equipamentos e qualificação dos órgãos de segurança pública, que deverão ultrapassar R\$ 1 bilhão.

O Estado já desenvolve atividades na direção da "Escola da Copa", que qualificará uma série de categorias profissionais para a prestação de serviços de qualidade aos gaúchos e seus visitantes e capacitará, especialmente em idiomas, jovens voluntários.

E, é claro, iniciamos a negociação para a construção de um Novo Simples, liberando ainda mais de impostos as micro e pequenas empresas.

Estamos criando no Rio Grande um ambiente propício para o desenvolvimento do setor de serviços, e para os próximos quatro anos teremos condições de realizar muito mais pelo setor.



"É preciso aproveitar o capital social e humano das próprias regiões."

Em sua opinião, quais são os principais problemas e dificuldades enfrentados pelo Estado? Que bandeiras pretende assumir nesta campanha?

Fogaça – O Rio Grande do Sul crescerá, nos próximos anos, a partir do desenvolvimento específico de cada uma das regiões. Se olharmos o RS pode-se ver que é um estado multicêntrico, com centros de gravidade econômica, política, georreferenciais, criando novos polos, novas estratégias, novas visões de desenvolvimento. Em cada uma dessas regiões verificaremos, sempre, que há uma universidade que pode desempenhar um papel importante, não só no ensino, mas na pesquisa e na extensão. As universidades desempenharão um papel essencial nessa visão do desenvolvimento regional, especialmente na qualificação e na formação da mão de obra. Um dos grandes desafios é a recomposição do setor público em setores como saúde, educação e segurança, imprescindíveis às comunidades. Nos últimos anos, notadamente, houve uma

grave redução de investimentos, que também transpareceu na redução da contratação de pessoal, na queda e quase no sucateamento dos serviços públicos. É vital que o próximo governo se disponha a recompor o setor público. Um dos graves problemas que transparece, notoriamente, no Rio Grande do Sul é o déficit prisional. O Presídio Central tem 5.400 presos, quando deveria ter um décimo disso. Investir na recomposição do Sistema Prisional, na reabertura de vagas é um dever do próximo governador. Também se faz necessário investir em saúde, atuar no combate à mortalidade infantil, além de investir na atenção básica em saúde. É preciso investir nos postos para que tenham resolutividade – receita, médico, exame e solução para o problema. Também se faz necessário fortalecer os hospitais regionais e municipais, principalmente aqueles comunitários, mantidos por associações, entidades benfeitoras e não lucrativas. É necessário garantir recursos conveniados, equipamentos e melhores serviços para atender às necessidades da população. Para isso, o grande desafio é a sustentabilidade financeira, com um governo capaz de garantir investimentos ano a ano.

Se eleito, quais são as suas propostas para o governo? Que iniciativas irá adotar para a melhoria do Rio Grande do Sul – sabendo que existem dificuldades, como a escassez de recursos?

Fogaça – Em nosso governo pretendemos apresentar e desenvolver um programa de gestão que aperfeiçoe e faça andar ainda melhor o projeto de reconstrução das contas públicas do RS. Há uma obra inacabada: a sustentabilidade financeira. O Rio Grande do Sul precisa ter disponibilidade para investimento ao longo de todo um período. É importante garantir que

"implementar um modelo de gestão adequada e investir nessa cobertura é um compromisso inadiável."

as finanças do Estado não sejam superavitárias estaticamente, um ano só. Elas precisam ter sequência, ser ano a ano e liberar razoáveis níveis de recursos para investimentos.

Há quase um consenso de que no país é exigida uma carga tributária muito elevada — o que muitas vezes acaba inibindo os setores produtivos. Entretanto, a arrecadação de impostos é uma das principais fontes de receita para o Estado.

Fogaça — Os recursos do Estado, em que pese os mais significativos, advêm da receita própria, ou seja, da receita tributária. O Brasil, porém, não mais dispõe de espaço para seu incremento mediante aumento da carga tributária, a qual, atualmente, é bastante elevada, situando-se ao redor de 37%. A Emenda Constitucional 42/03 possibilitou os meios para a otimização da receita própria, sem que para isso seja necessário, a cada dificuldade financeira do Estado, o aumento da tributação. A melhoria da gestão tributária, o desenvolvimento de novos instrumentos de controle e de monitoramento das atividades dos contribuintes, a simplificação das obrigações tributárias, a educação e a promoção tributárias, a contínua qualificação dos recursos humanos e a modernização dos processos de trabalho devem se constituir nos fundamentos de um crescimento contínuo e sustentável da receita tributária do Estado.

O que fazer para acontecer a Reforma Tributária?

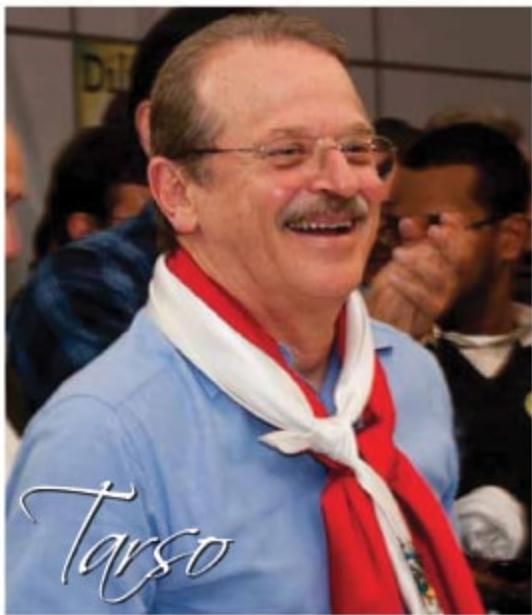
Fogaça — Quanto à reforma tributária, que deverá ser implementada nos próximos anos, é preciso liderar um movimento para que se redistribua o produto da arrecadação dos

tributos, de modo a aumentar a parte dos Estados e dos municípios, sem o que se terá consagrado a tendência atual de transformar o Brasil em um Estado de fato unitário.

Como o candidato vê o setor de serviço no Estado? Quais os projetos para este segmento?

Fogaça — A recomposição dos principais serviços prestados pelo Rio Grande do Sul é uma das grandes prioridades do nosso governo. Então, implementar um modelo de gestão adequada e investir nessa cobertura é um compromisso inadiável. Além disso, o novo cenário nacional abre grandes oportunidades para todas as regiões. No caso do RS, as possibilidades que se oferecem são de amplo espectro — temos uma matriz econômica forte e dinâmica, simultaneamente direcionada ao mercado interno e ao comércio exterior. O Estado pode, por exemplo, buscar oportunidades nos segmentos ligados à produção de petróleo e derivados, de bens de capital e dos insumos fundamentais da economia informática — basicamente a produção de semicondutores —, assim como na indústria química em vários setores, notadamente defensivas, fertilizantes e fármacos. Nesse caso, a base produtiva e o capital humano disponível são ativos e trunfos que nos garantem uma posição competitiva no contexto nacional.

No área dos serviços modernos, a existência de uma grande classe média no RS e de capital humano e mão de obra especializada cria oportunidades significativas. Elas compõem as condições para o desenvolvimento das atividades de comércio tradicionais e das áreas de serviços modernos. Do mesmo modo, as atividades educacionais que se vinculam ao ensino, ao treinamento e à formação permanente requerem cada vez mais a incorporação de novos sistemas de informação e comunicação. As mesmas oportunidades se oferecem para as chamadas atividades criativas, hoje em grande expansão, seja no domínio artístico no sentido estrito, seja no das atividades de lazer, que se expressam nas artes cênicas e visuais, por filmes, rádio e TV e pelas atividades de editoração, moda e publicidade. O Governo, então, deve ser um instrumento valioso, por seu papel de liderança, estímulo, promoção e articulação. Com firmeza e sem ceder a preconceitos ideológicos esgatados que, no passado recente, nos custaram milhares de empregos.



Em sua opinião, quais são os principais problemas e dificuldades enfrentados pelo Estado? Que bandeiras pretende assumir nesta campanha?

Tarso – Apesar do excelente período que o Brasil atravessa, no qual se articulam crescimento econômico, diminuição da pobreza e fortes investimentos públicos, o Rio Grande do Sul não conseguiu acompanhar a dinâmica do crescimento nacional. É urgente uma mudança de rumo, que enseje um projeto estratégico e sustentável de desenvolvimento.

A democratização do estado através de um sistema que garanta ampla participação da sociedade, a promoção da justiça e da inclusão social, o fomento ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável foram e são marcas das nossas gestões nos diferentes níveis de governo. Queremos reafirmá-las como temas centrais de nosso projeto de governo.

Queremos também sintonizar e incorporar o Rio Grande do Sul ao projeto nacional iniciado pelo governo do presidente Lula, desenvolvido ao longo destes oito anos, e que tem garantido ao Brasil soberania nacional, protagonismo internacional, crescimento econômico articulado com distribuição de renda, recupera-

ção das funções públicas do Estado e fortalecimento do controle público, através de mecanismos da democracia participativa.

Se eleito, quais são as suas propostas para o governo? Que iniciativas irá adotar para a melhoria do Rio Grande do Sul – sabendo que existem dificuldades, como a escassez de recursos?

Tarso – O Estado cada vez investe menos, com graves consequências no médio e longo prazo em termos de crescimento econômico. Precisamos buscar o equilíbrio das contas públicas para recuperar a capacidade de investimento do Estado. Por isso, entendemos que é preciso recuperar o papel indutor do Estado e suas taxas de crescimento, buscando o equilíbrio fiscal sem comprometer o desenvolvimento e as políticas públicas.

Precisamos desenvolver políticas de retomada do desenvolvimento para os setores produtivos, garantindo apoio do governo estadual, com fomento, linhas de crédito e formas de financiamento para os empreendimentos estabelecidos e para novos investimentos, incentivando as micros, pequenas, médias e grandes empresas, a agricultura familiar, as cooperativas e a economia popular e solidária, articulando a malha e as cadeias produtivas locais – de forma protegida, produtiva e isonômica – com os grandes empreendimentos, o parque industrial, o agronegócio e os investimentos externos. Assim, consideramos que é preciso:

1. Crescer para melhorar a receita e a arrecadação do Estado;
2. Ampliação dos investimentos chegando em quatro anos a R\$ 12 bilhões;
3. Criar a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), que terá como objetivo promover a execução das ações de desenvolvimento regional e microrregional e políticas de atração de grandes investimentos de fora do estado e do País, que venham a integrar-se, valorizando e desenvolvendo, a base produtiva já existente no estado. Esta agência contará também com órgão técnico de apoio aos municípios para elaboração de projetos e captação de recursos;
4. Novo Fundopem será instrumento de combate às desigualdades regionais e complementação das cadeias produtivas, com tratamento isonômico na concessão dos incentivos, promovendo um desenvolvimento equilibrado, ampliado para as pequenas e médias empresas, sem prejuízo das políticas e dos incentivos já concedidos;
5. Seguro Cambial como política de proteção dos

setores produtivos gaúchos, em especial, os pequenos e médios voltados para a exportação, dos efeitos da variação cambial, a partir da formação de consórcios com cooperativas, associações e produtores em parceria com o estado e o sistema financeiro estadual e nacional; **6.** Retomar de imediato o Simples Gaúcho, simplificando e reduzindo a carga tributária para as micro e pequenas empresas; **7.** Redução progressiva do ICMS para produtos de consumo popular e setores estratégicos ao incremento da emprego, como cesta básica de alimentos, da construção civil e artigos agroindustriais produzidos no estado; **8.** Iniciar o Programa de Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul – ProRedes RS.

O conjunto das nossas propostas para todas as áreas do desenvolvimento do estado podem ser acessadas no site www.tarsos13.com.br

Há quase um consenso de que no país é exigida uma carga tributária muito elevada – o que muitas vezes acaba inibindo os setores produtivos. Entretanto, a arrecadação de impostos é uma das principais fontes de receita para o Estado.

Tarsos – Segundo o IPEA, a carga tributária em 2009 foi de 34,28%. Entretanto, o principal problema consiste menos nesse percentual e mais em nosso sistema tributário, que possui características altamente regressivas encarecendo a produção e o consumo.

Evidentemente a arrecadação de impostos é a receita pública essencial por definição. Entretanto, é urgente implementar a reforma tributária com o intuito de melhorar nosso sistema tributário, tornando-o progressivo e desonerando a produção e o consumo. Assim será possível construir as condições para a redução dessa carga tributária.

O que fazer para acontecer a Reforma Tributária?

Tarsos – Primeiro faz-se necessária a iniciativa do governo. A nossa candidata Dilma Rousseff assumiu compromisso público com a reforma tributária, segundo ela trata-se de um elemento essencial, é considerada a reforma das reformas.

Em segundo lugar é importante o apoio da sociedade civil organizada. As dificuldades na aprovação da reforma são

históricas e bem conhecidas. Como toda mudança, esse é um processo complexo e que interfere diretamente em uma série de interesses. Mais ainda, os atores que imaginam perder com as mudanças são fortemente contrários, enquanto aqueles que ganharão ainda não conseguem perceber a magnitude das melhorias e, portanto, não as defendem com vigor. Evidentemente, no médio prazo toda a economia brasileira será beneficiada.

Daí a importância da articulação social junta aos governos federal, estaduais e municipais para começar a reforma agora e dar-lhe continuidade até seu fim em ritmo acelerado.

Como o candidato vê o setor de serviço no Estado? Quais os projetos para este segmento?

Tarsos – O setor de Serviços deve e precisa ser incentivado e qualificado, pois representa uma parte significativa da economia do RS. Do total do Valor Agregado Bruto do PIB gaúcho, 63% correspondem ao setor de serviços. Desconsiderando a parcela deste valor que é oriunda da administração pública, temos ainda 42% do VAB do PIB relacionado com o setor de serviços.

O Rio Grande do Sul tem setores de excelência com alta competitividade nas áreas da saúde, da produção audiovisual, das telecomunicações e da educação. Somos o terceiro polo de produção cinematográfica, ocupamos um papel importante nas áreas de publicidade e radiodifusão, dispomos de uma rede altamente qualificada em termos de serviços de saúde e de educação. Nossa projeto de desenvolvimento reconhece a importância estratégica do setor de serviços, que cumpre um papel importante em termos de geração de emprego e renda no Estado, e que precisa também de políticas de fomento da mesma forma que os distintos setores industriais e agrícolas.

Neste sentido nosso Programa de Governo prevê diversos projetos que dialogam diretamente com este setor como: a retomada do Simples Gaúcho; a reestruturação do Fundopem; a criação da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI); a redução progressiva do ICMS para produtos de consumo popular e setores estratégicos ao incremento do emprego e o Seguro Cambial como política de proteção dos setores produtivos gaúchos, em especial, os pequenos e médios voltados para a exportação.

Assessoria valiosa

Paralegais ainda que sem reconhecimento legal prestam grande serviço aos advogados

Os paralegais são bacharéis em Direito que não receberam inscrição na OAB e que trabalham para escritórios de advocacia. Eles podem exercer atividades que não exigem o registro na Ordem, como elaboração de pesquisas, trabalhos burocráticos, elaboração de minutas de petições, etc. No Brasil inexiste a profissão como tal, muito embora muitos escritórios utilizem serviços de terceiros, como detetives particulares, psicólogos (questões de família) ou policiais aposentados. No entanto, não há qualquer possibilidade de se apresentarem como 'advogados' nem de praticarem atividades privativas de advogado, como assinar petições, fazer cargas de processos ou mesmo apresentar-se como advogado a clientes ou possíveis clientes, explica o presidente da OAB do Rio Grande do Sul, Claudio Pacheco Prates Lamachia. "Temos um problema que vem se agigantando com o passar dos anos, que são os bacharéis em Direito que não conseguem aprovação no exame da OAB."

No Brasil esta atividade não é reconhecida nem tem qualquer regulamentação, embora exista na prática. O paralegal poderá exercer funções limitadas às atividades ordinárias do escritório, não podendo, de forma alguma, exercer a advocacia e, por conseguinte, qualquer ato privativo de advogado, nos termos do Estatuto da Advocacia e da OAB. "Se houver exercício irregular da profissão, tratar-se-á de infração penal do paralegal. Ademais, ao advogado que eventualmente lhe dá emprego ou cobertura, será instaurado processo ético-disciplinar."

O paralegal, em síntese, é alguém que, não sendo advogado, auxilia, assessora advogados, realizando funções paralelas e de grande importância para o sucesso do escritório de advocacia. Em outros países a atividade tem uma situação mais definida. O paralegal atua nos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra. Nas Estados Unidos, aquele que exerce a profissão de paralegal trabalha sob a supervisão de um advogado. No Canadá, os paralegais são licenciados pela Law Society of Upper Canada, dando-lhes um status independente. Na Inglaterra, de acordo com a mesma fonte, a falta de supervisão da profissão legal significa que a definição de paralegal engloba não advogados que fazem trabalho legal, não importando para quem.

A dificuldade atribuída ao Exame da Ordem é citada por alguns como motivo do aumento dos paralegais no Brasil. No entanto, o presidente da OAB/RS rebate que o problema principal não está no Exame, "mas sim num grande número de cursos, que se revelam verdadeiros caça-níqueis, iludindo as pessoas ao garantir ascensão social por meio da obtenção do diploma de bacharel em Direito, sem o real compromisso com a qualidade de ensino". Somente em 2008, o MEC, atendendo pleito do Conselho Federal da OAB, fechou mais de 23 mil vagas em cursos de baixa qualidade no Brasil. "A prova tem o objetivo de garantir à sociedade profissionais capacitados para atender a suas necessidades."

O interesse da OAB, garante Lamachia, é buscar, per-



manentemente, o aperfeiçoamento da prova e dos seus critérios de avaliação, para que esta sirva como instrumento de análise da formação profissional daqueles que se propõem a defender os direitos das pessoas e, consequentemente, proteger a própria cidadania. De 2005 até hoje, foram aprovados 19 mil advogados. Esse número dá a dimensão do volume de profissionais que ingressam na profissão. "Somos mais de 80 mil advogados inscritos no Estado e 700 mil em todo o Brasil. Proporcionalmente, somos o país com maior número de advogados do mundo."

Num dos exames, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo figura em primeiro lugar, com habilitação de 93,07% de seus ex-alunos aprovados, seguida pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com 89,40%. Em terceiro lugar aparece a Faculdade de Direito Estadual do Norte do Pioneiro, com 82,35%, Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, com 77,84%, e a Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas com 74,83%, mas a maioria dos cursos não aprova nem 5% de seus ex-alunos.

Mas o desembargador (ex-presidente do TRF da 4^a Região) e professor de Direito Vladimir Passos de Freitas cita diversas funções que poderiam ser exercidas pelos bacharéis em Direito como paralegais:

a) ser o encarregado de investigar fatos e colher provas para instruir ações (o filme *Erin Brockovich*, com Julia Roberts, é

um bom exemplo), cujos temas podem ser os mais variados, de uma ação penal a ser julgada pelo Tribunal do Júri até direitos do consumidor;

b) ser um elemento de contato entre o escritório e clientes ou mesmo servidores do Judiciário, desde que tenha facilidade para relações públicas;

c) ser o organizador de audiências, julgamentos e reuniões, fornecendo material de apoio (v.g., slides para projetar em sustentação oral em Tribunal), detalhes sobre os demais participantes (características de personalidade que podem influir no julgamento), preparo do local no caso de reunião, ciência aos que dela participarão, possibilidades de conciliação e outros detalhes;

d) auxiliar nas questões de informática (v.g., petições via eletrônica), pesquisar precedentes na internet, incluindo de Tribunais de outros países (há quem tenha domínio de idiomas, mas não passa em exame da OAB), fornecendo apoio permanente às petições;

e) se tiver algum tipo de experiência na área de saúde, auxiliar escritório que se dedique a ações envolvendo planos de assistência médica, frequentando ambientes específicos (v.g., sindicatos) e auxiliando na administração da clientela, nesses casos geralmente numerosa;

f) secretariar o escritório, valendo-se da vantagem de ter conhecimento do Direito e, com isto, prestar informações mais precisas e eficientes.

Articulação



Criada em 8 de dezembro de 1995, talvez o verbo mais conjugado da Pólo RS até agora tenha sido articular.

Para o presidente Bolívar Moura, sem dúvida nenhuma é a ferramenta decisiva.

Ele garante que é do cotidiano da entidade reunir universidades, poder público, empresários e sociedade civil organizada em torno de um objetivo comum e essencial: um Rio Grande do Sul melhor para se viver e trabalhar. E desde 2006 que a Pólo RS dedica um grande esforço para a Agenda 2020, um movimento inovador para o Estado.



Exatamente o que é a Agenda 2020?

É a inquietação da sociedade civil em querer participar e ajudar na construção de um futuro melhor. Assim, com a sociedade civil organizada e aliada ao mercado e ao poder público, a Agenda 2020 forma um grupo imbatível.

Quem trabalha na Agenda 2020?

Todos podem ajudar voluntariamente nesse movimento. Você mesma, como jornalista, pode contribuir com seu conhecimento para ajudar na divulgação desse trabalho. Temos centenas de voluntários, de todos os setores, que colaboraram nas reflexões, ações e projetos da Agenda 2020.

Quem dá apoio?

Quem assiste a uma apresentação da Agenda 2020 adere na hora à ideia. É simples assim. Não tem como ir contra

algo que deseja o melhor para o nosso Estado. Temos hoje 165 entidades que torcem pela Agenda 2020. São trabalhadores, professores, profissionais liberais, empreendedores, empresários, sindicatos, federações. À medida que vamos mostrando o movimento a mais pessoas e entidades, o número só aumenta.

O trabalho então é fácil?

Ele é estimulante, desafiador e traz felicidade, mas não é fácil. Talvez a parte mais difícil seja quebrar resistências, derrotar o ceticismo e apresentar o sonho, a ousadia de algo inovador, nunca antes tentado, em nenhum lugar do mundo. Existem poucos sonhadores, poucos idealistas com coragem para lutar por uma causa.

Qual é a tarefa do voluntário?

O voluntário da Agenda 2020 quer ser útil para o Rio Grande do Sul. Ele dedica horas e horas do seu tempo para discutir temas como educação, saúde, infraestrutura e tantos outros. Sempre que chamado, ele atende e mostra-se atento e participativo. Ele sente orgulho em estar definindo um lugar melhor para os seus filhos e netos. É uma tarefa nobre.

Quantos voluntários estão na Agenda 2020?

Já doaram seu tempo mais de 6 mil voluntários desde o início do movimento, lá em 2006. Nos fóruns temáticos da Agenda 2020 trabalham 350 voluntários. São especialistas de várias áreas e seria praticamente impossível remunerar tantos técnicos.

A Agenda 2020 aproveita trabalhos já realizados?

O movimento agrupa estudos, diagnósticos, pesquisas e reflexões que foram realizados nos últimos anos por parceiros e também utiliza projetos como o Relatório Sayad, o Rumos 2015, Pacto pelo Rio Grande e Sociedade Convergente.

O Rio Grande do Sul, então, planeja o futuro?

Estamos aprendendo a pensar lá adiante. A andar para a frente. A Agenda 2020, com a secretaria executiva da Pôlo RS, é um exemplo. Ela está contagizando cidades, regiões e entidades com planejamento estratégico. Vale do Paranhana, San-

ta Cruz do Sul, Passo Fundo, Santa Maria e a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado estão trabalhando com a Pôlo RS. Ainda é pouco mas é um bom começo. Quem sabe um amadurecimento de grande parte da sociedade vem vindo por aí?

O que é preciso para mudar essa cultura do "hoje"?

Acredito que é uma espécie de missão pedagógica de todos. Quando um líder tiver oportunidade, ele deve citar o exemplo da Agenda 2020, deve comentar a importância de se construir um futuro planejado. Todos que conhecem a Agenda 2020 devem falar do movimento. Temos que vencer reações contrárias e ter muita paciência para mudar hábitos instalados.

Os candidatos ao governo do RS já conhecem a Agenda 2020?

Convidamos os principais candidatos para assistir a uma apresentação especial da Agenda 2020 e tivemos um bom retorno. Entregamos para a equipe técnica desses candidatos todo o trabalho até aqui realizado, com dezenas de propostas e projetos em importantes temas para o Rio Grande do Sul. No próximo mês de outubro, entre o primeiro e o segundo turno, iremos realizar um grande evento público para a entrega da Agenda 2020 para os dois candidatos vencedores do primeiro turno.

Que nota o senhor daria para a Agenda 2020?

Para o trabalho que vem sendo realizado pelos voluntários daria nota dez. Com louvor. Presenciar o empenho desses homens e mulheres nos motiva a continuar. Mas diante desses voluntários, ainda somos poucos e precisamos de mais apoio.

2011 ou 2020?

Os dois. A Pôlo RS está sempre atenta aos movimentos atuais e procura analisar e estudar muito os próximos passos e desafios. Por exemplo: sabemos que é urgente disseminar a Agenda 2020 no interior do Rio Grande do Sul e ter a adesão de mais voluntários, principalmente de jovens universitários.

A energia da Agenda 2020 vem dos voluntários. Sem eles o movimento não tem alma nem coração.

A Convergência Contábil Brasileira aos Critérios Internacionais e o RTT

Eduardo Plastina - Souza, Berger, Simões e Plastina – Advogados

www.sbsp.com.br

Não é novidade que, desde 2007, a partir de alterações nas disposições de natureza contábil da Lei nº 6.404/76, tem-se buscado a convergência das normas contábeis brasileiras aos critérios internacionais. O objetivo dessas mudanças é, em vista da crescente globalização da economia, adequar a contabilidade brasileira aos critérios dominantes nos grandes mercados, possibilitando, com isso, que os gestores, investidores e analistas de todo o mundo possam utilizar informações transparentes, confiáveis e comparáveis nos processos de tomadas de decisões.

Inicialmente, por meio da Lei nº 11.638/07, houve, exemplificativamente, a criação das Demonstrações de Fluxo de Caixa (DFC) e do Valor Adicionado (DVA); a modificação do modo de contabilização do diferido; a necessidade de ajuste a valor presente de todas as operações ativas e passivas de longo prazo e daquelas relevantes a curtos prazo; a eliminação das reservas de reavaliação; a eliminação da conta "Lucros Acumulados"; e a criação da conta de "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Mais recentemente, por intermédio da Lei nº 11.941/09, houve, exemplificativamente, a eliminação da conta "Diferido"; a obrigatoriedade de classificação como

ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídas a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo; a avaliação a "valor justo" das aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e a qualificação do que se entende por "valor justo" conforme a rubrica específica.

A implementação de algumas dessas alterações na contabilização das empresas brasileiras, porém, influencia diretamente os critérios de reconhecimento de receitas, custos e despesas, gerando repercussões tributárias, positivas ou negativas, no âmbito do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Esse contexto fez com que, com o declarado objetivo de neutralizar tais repercussões tributárias, se criasse, pela MP nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, o Regime Tributário de Transição (RTT).

Como o próprio nome indica, o RTT nasceu para ser um regime transitório: vigorará, conforme determina a própria legislação, até que seja editada e entre em vigor lei que tenha por objetivo disciplinar os efeitos tributários dos novos mé-

todos e critérios contábeis. Embora tenha sido opcional nos anos-calendários de 2008 e 2009, o RTT, a partir de 2010, tornou-se obrigatório, não apenas para a apuração imposto sobre a renda com base no lucro real, mas também com base no lucro presumido ou arbitrado, assim como para o CSLL, PIS e COFINS.

A sujeição ao RTT significa que todas as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, que tenham por efeito modificar o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas, e que, por conta disso, possam repercutir de algum modo sobre a apuração dos tributos, devem ser neutralizados para efeitos tributários, o que é feito pelo emprego dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Nesse contexto, sempre que houver divergência entre os métodos e critérios societários e tributários, a pessoa jurídica deve, sucessivamente: (I) utilizar os métodos e critérios definidos pela Lei nº 6.404/76 para apurar o resultado do exercício antes do imposto sobre a renda deduzido das participações de debêntures, de empregados, administradores e partes beneficiárias e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa, com a adoção dos métodos introduzidos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e das determinações constantes das normas expedidas pela CVM na hipótese de companhias abertas ou outras que optem pela sua observância; (II) realizar os ajustes específicos ao lucro líquido do período no LALUR, que revertam o efeito da utilização de métodos e critérios contábeis diferentes daqueles da legislação tributária que seguem o padrão vigente até 31 de dezembro de 2007; (III) realizar os demais ajustes de adição, exclusão e compensação no LALUR, conforme prescritos e autorizados pelas leis tributárias, para a apuração da base de cálculo do IRPJ. Note-se que, para a realização dos ajustes indicados no item (II), criou-se o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT), que cumpre a função de auxiliar aos

registros positivos e negativos do LALUR, sendo fundamental para a escrituração dos ajustes relativos às diferenças entre os critérios contábeis e os tributários.

Vale salientar, ainda, que foram instituídos métodos próprios de ajuste para as subvenções de investimentos e para o prêmio na emissão de debêntures, em que se determina às pessoas jurídicas submetidas ao lucro real que: (I) reconheçam os valores correspondentes a cada uma das rubricas em conta de resultado pelo regime de competência; (II) excluem, no LALUR, o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente de tais rubricas, para fins de apuração do lucro real; (III) mantenham o valor referente à parcela do lucro líquido proveniente da rubrica particular em reserva de incentivos fiscais, no caso das subvenções de investimento, e em reserva de lucros específica, na hipótese do prêmio na emissão de debêntures; e (IV) adicionem, no LALUR, para fins de apuração no lucro real, o valor referido no item (II), no momento em que houver destinação diversa daquela referida no item (III).

Por fim, embora os maiores e mais relevantes ajustes, no que tange ao RTT, sejam realizados pelas empresas submetidas ao lucro real, há casos em que aquelas sujeitas ao lucro presumido também são alcançados pela neutralização tributária, como no caso dos novos métodos e critérios para a contabilização de reavaliações de bens e direitos. Por isso, prevê a legislação que, para tais pessoas jurídicas, o lucro presumido deve ser apurado de acordo com a legislação de regência do tributo, com a aplicação do RTT independentemente da forma de contabilização determinada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, cumprindo, ainda, na apuração da base de cálculo, proceder-se aos seguintes ajustes em decorrência de diferenças de métodos e critérios contábeis entre as legislações societária e tributária: (I) exclusão de valores referentes à receita auferida cuja tributação possa ser diferida para períodos subsequentes; e (II) adição de valores não incluídos na receita auferida cuja tributação tenha sido diferida de períodos anteriores.



Interiorização

Cursos & Palestras

Bento Gonçalves

21/07 - Nesta data, o Escritório Regional do Sescor/RS, em Bento Gonçalves, realizou no Campus da UCS o curso "ICMS - Substituição Tributária", ministrado pelo contador Ademir Vanzella.

São Leopoldo

15/07 - O contador Ademir Vanzella ministrou no dia 15 de julho de 2010 o curso "Nota Fiscal Eletrônica", com carga horária de 8 horas, no Escritório Regional do Sescor/RS sediado no Sincontec Sinos, em São Leopoldo. O curso teve como objetivo ensinar conceitos e atualizações da Nota Fiscal Eletrônica, para correta emissão e eficaz conferência de notas fiscais.

26/07 - O contador João Roberto Domingues Pinto ministrou no dia 26 de julho de 2010 o curso "DIPJ, Dacon, DIRF, DCTF, DCOMP - Cruzamento das Informações", com carga horária de 8 horas no Escritório Regional do Sescor/RS, sediado no Sincontec Sinos em São Leopoldo. O objetivo do



curso foi preparar o participante para o correto preenchimento das obrigações acessórias exigidas pela Receita Federal (DIPJ, Dacon, DIRF, DCTF, DCOMP), analisando as amarranças e o cruzamento de informações que serão feitas pelo órgão.

25 e 26/08 - O curso "Intensivo de ICMS" foi realizado no Escritório Regional do Sescor/RS, na sede do Sincontec Sinos. Com o objetivo de capacitar, reciclar e atualizar os participantes para a atuação na área fiscal/contábil dos escritórios contábeis, com foco no ICMS. A turma foi ministrada nos dias 25 e 26 de agosto de 2010, pelo contador Ademir Vanzella.

MEI

Cursos realizados sobre o MEI – Microempreendedor Individual:

- 13/07 – Porto Alegre – Rosane Kuhn
- 22/07 – Porto Alegre – Ronaldo Silveira
- 01/07 – Estância Velha – Rosane Kuhn
- 19/08 – São Leopoldo – Ronaldo Silveira
- 25/08 – Estância Velha – Rosane Kuhn

Treinamentos do Comitê

Eventos realizados pelo Comitê Setorial Sescon/RS - PGQP na sede do Sindicato:

- Palestra mensal/Qualidade e Atendimento de Excelência – 5/7/2010
- Palestra mensal/A comunicação no ambiente organizacional: por que falar e escrever bem – 2/8/2010
- Curso/Atualização do Sistema de Avaliação – 19/8
- Curso/Interpretação dos Critérios do Sistema de Avaliação 2010 – 25 e 26/8/2010
- Curso/Formação de Avaliadores do Sistema de Avaliação 2010 – 27/8/2010



Grupo de Estudos

Nos dias 12/7/2010 e 19/8/2010, na sede do Sescon/RS, foi realizada reunião do Grupo de Estudos da Contabilidade. A reunião foi coordenada pelo Diretor Flávio Dondoni Jr. e contou com a participação de associados da entidade.

Cursos Sobre IFRS

para Pequenas e Médias Empresas

Este curso tem como objetivo a atualização das novas normas contábeis vigentes no Brasil, desde 2008, em especial com a aprovação da resolução CFC 1255/09, que estabelece novas diretrizes contábeis para pequenas e médias empresas.

O curso, com carga horária de 48h, iniciou-se dia 26 de agosto e é realizado pelo Sescon/RS em conjunto com o Ibracon, e tem o apoio do CRCRS e da Fundação Brasileira de Contabilidade.



Revista Sescon/RS - fazendo história

Há 15 anos, o Sescon/RS criava sua revista como veículo de informação.

Temas como As empresas de Serviços Contábeis rumo ao ano 2000; Muito além do parecer; Perícia contábil judicial; a Inconstitucionalidade do PIS; Profissionais debatem integração do Mercosul; Ética e cidadania; a continua busca da atualização contábil; O que é ISO 9000; uma entrevista com o presidente do CRC, Olivio Koliver; também fazia parte desta Revista: Planejamento Estratégico; Segurança e auditoria em microinformática; Embrião do Sescon/RS veio com Falkenberg; além de um artigo de Ivan Carlos Gatti. A aproximação do ano 2000 simbolizava um marco de modernização para o mundo todo.

Política, apesar dos pesares

Por Luiz Coronel*

Política traz mais desalento do que encanto. No entanto, ela invade nossa casa sem apertar a campainha, senta na sala sem pedir licença. Nossas vidas, para o bem ou para o mal, estão cingidas pela política da mesma forma como a chuva e o vento nos envolvem.

Lecionei política alguns anos, mas não me sinto mais credenciado do que o comum dos mortais para entender ou falar sobre o intrincado mundo do poder. Minha atuação efetiva nesse campo das articulações partidárias limita-se à criação dos slogans da democratização do país: "MDB, você sabe o porquê"; e, posteriormente, "MDB, é o povo de novo". Foram apelos exatos, criados para aqueles momentos ainda repressivos.

Participei das eleições de 1976. Com certa comodidade, lembro ter sido o único candidato no país a ter seu slogan proibido: "Vote num Coronel civil". Com o andar dos dias e o ródio das estações, brilhou no céu da pátria a campanha "Diretas já". O levantamento de entusiasmos trazia em seu bojo um surto de esperanças excessivas para nossa precária senão adolescente experiência democrática. A esperança é sempre um irromper de possibilidades.

Contudo, a relação entre sonho e realidade, na maioria das vezes, promete revelar um rosto triunfante e termina projetando uma caricatura grotesca. Por uma unção de vertes favoráveis, "arenistas" radicais tornaram-se fervorosos defensores da nova ordem. Tenho comigo que, em matéria de política, vivenciamos o mito grego de Sísifo: elevamos uma pedra até o topo; ela tomba e lá vamos nós erguê-la, indefinidas vezes.

Pois bem, utilizei a internet, ansioso por ouvir opiniões sobre a nossa política. As críticas deixaram os elogios de côcoas, no partidão. A primeira dizia: "Os parlamentares não têm assessores. Têm cabos eleitorais trabalhando pela reeleição". A esta seguiu-se outra que mostrava um desabafo com ironia: "Se a hora oficial é a de Brasília, por que não trabalhamos apenas de terça a quinta-feira?".

À medida que minha leitura avançava, a lodaçalha de queixas se ostentava infundável. Um deponente entupiu meu laptop com ásperas constatações: "Somos governados por medidas provisórias. O Congresso é apenas um corpo de bombeiros contra a ditadura". Outro comentarista foi mais longe: "Enquanto a sociedade servir ao Estado e não o Estado à sociedade, tudo que se disser é inútil". Para completar, um cidadão libertou-se da internet para deixar sob minha porta obesa catinária: "O senado tem 10 mil funcionários, quando mil dariam conta do recado. Brasília tem a maior renda per capita nacional e não planta sequer um pé de aipim". E por aí foi.

Porém, outubro tem um milagre no bolso de seu calendário,

Basta que se aproximem as eleições, com seu estopim de esperanças, para que esqueçamos nossos equívocos, estripulias e mazelas. As eleições cegam o presente e perdoam o passado. No mesmo cenário, os mesmos atores em uma nova peça. "O Brasil é sério, mas é surrealista", escreveu Jorge Amado. Dizia mais: "Há políticos tão ógeis que trocam as meias sem tirar os sapatos".

O "jogo" tem duas moedas: o voto e os segundos na televisão. Ninguém é anjo nesse tablado. E quem não sabe que existem dois tipos de políticos? Os que acreditam que seja possível por meio do poder trazer benefícios às coletividades e os que usam o poder para fazer bons negócios pessoais. Os primeiros são sempre solitários, enquanto os segundos formam um grande clube secreto.

Nossa democracia multipartidária patrocina a luta de mel de morcegos com borboletas. É certo que as balizas ideológicas são move-dicas. Partidos que seriam ultraconservadores trocam alianças e afagos com pretensos revolucionários. E o povo que entenda essas núpcias profanas. Sem uma reforma política eficiente, nosso Congresso Nacional continuará sendo uma barriga grávida de escândalos. Quanto às CPIs, é sempre aquele perguntar aos coelhos quem comeu as alfaves da horta.

Que lastima que a política não tenha a mesma cobrança de eficiência do futebol. Cartão amarelo, cartão vermelho, apito, banco de reserva. Ambos, em comum, têm apenas o alegórico, efêmero e rápido carnaval da vitória. Mas, como diz o lindo samba do Vinicius: "Mais que nunca é preciso cantar. É preciso cantar e alegrar a cidade". Não é justo caçar crenças se não tivermos outras para substituí-las.

Carrego sempre comigo Gramsci e seu conselho que chama atenção para que tentarmos presente um "pessimismo crítico e um otimismo de vontade". É preciso alertar os eleitores pedindo para que eles carreguem seu título eleitoral não como uma flor ou uma lâmina, mas como uma procuração com poderes específicos. Essa procuração deverá servir para que o eleito lute pela instauração de um regime fundamentalmente ético, tendo por base um compromisso de eficiência, cobrível a qualquer momento.

Eleição pode ser um grave momento de cidadania, ou, sem os devidos cuidados, mais um frívolo evento na dança das cadeiras entre os políticos. Mencken alertava: quando os partidos ou as candidaturas, lutando pelas chaves do palácio, acusam-se asperamente de incompetência, terminam convencendo o eleitor de que ambos têm razão. Bem, é hora de usufruir da caneta do Barão de Itararé para dar um ponto final: "O Brasil é feito por nós. Só falta agora desatar os nós".



*Escritor e publicitário, Presidente Honorário da Associação Latino-Americana de Publicidade (Alap).



Ao invés de correr contra o tempo,
aproveite ele!

Deixe que o Certificado Digital **AC** Fenacon/Sescon-RS
simplifique o seu dia-a-dia.

Com ele você terá a garantia de segurança e agilidade.



Acesse o site do Sescon/RS para obter
seu certificado digital.

www.sescon-rs.com.br



O SUCESSO DE UMA EMPRESA É
FEITO DE GRANDES ESCOLHAS.
E NÓS ESCOLHEMOS AS PESSOAS.



A Domínio Sistemas acredita no valor das pessoas. Para nós, cada colaborador, cada cliente, é único e especial. Valorizar o talento e o potencial dos nossos parceiros é o que nos leva a alcançar nossos altos índices de satisfação. É o que faz da Domínio Sistemas a sua melhor escolha.



dominio
sistemas

A sua melhor escolha

Também para trabalhar!

Informações comerciais: **0800 645 4004** - www.dominiosistemas.com.br